



**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL A PARTIR
DA CONSTRUÇÃO SINERGÉTICA DE CAPITAL:
DESAFIO PARA O ESPAÇO RURAL MOÇAMBICANO**

Nelson Capaina

INTRODUÇÃO

Vários instrumentos de políticas públicas em Moçambique referem-se aos diferentes tipos de capital (social, humano, natural, financeiro, entre outros) como de extrema importância para assegurar o processo de desenvolvimento no país. Por exemplo, a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR)¹ indica que a diversificação e eficiência do capital social, de infra-estruturas e institucional; e a expansão do capital humano, inovação e tecnologia, estão entre os objectivos estratégicos para o desenvolvimento rural. Na mesma linha, no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA)² afirma-se que os seus objectivos estão perfeitamente alinhados com os objectivos da EDR. No Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT)³ advoga-se a defesa da conservação do capital natural, da valorização do capital humano e acesso equitativo aos recursos, do conhecimento e da informação.

Incorporando o princípio de não substituíbilidade entre os vários tipos de capital, indica-se que estes e outros instrumentos visam melhorar a qualidade de vida das populações e, no caso específico, desenvolver a zona rural do país. Este documento explora a questão de capital, que ocorre num contexto de interações socioeconómicas e políticas, territorialmente observadas, visando o desenvolvimento desse espaço. Para o efeito, e tendo como estudo de caso o distrito de Cuamba, a sustentabilidade do capital para o desenvolvimento territorial é avaliada através de duas classes de capital: o social e o humano, acrescentando-se a estes o capital financeiro, como transversal a todas as classes de capital. Além da revisão de fontes documentais, os dados empíricos foram obtidos através de inquéritos e entrevistas. De salientar que o inquérito previa mais de uma resposta, para algumas perguntas, o que justifica as percentagens de alguns gráficos.

¹ Governo de Moçambique (2007). Estratégia de Desenvolvimento Rural.

² Ministério da Agricultura (2011). Plano estratégico para o desenvolvimento do sector agrário (PEDSA, 2011-2020).

³ Assembleia da República. Resolução n.º 7/2021: Aprova o Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial abreviadamente designado por PNDT e o respectivo Plano de Acção.

BREVE REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento territorial tem sido associado ao crescimento do capital social, humano, natural, da infraestrutura (construído) e de imagem, aparecendo transversalmente o capital financeiro, para o aproveitamento das sinergias localmente existentes. A construção e acumulação destes diferentes tipos de capital permite dar robustez aos processos de desenvolvimento endógeno⁴. Boisier⁵ defende que o desenvolvimento constitui, por definição, um processo endógeno que só compete, na sua concepção, desenho e implementação, à colectividade que habita numa determinada localidade.

O capital social tem impacto no desempenho, competitividade e coesão social de uma comunidade⁶. Por exemplo, as associações com natureza económica geram capital social orientado para: obtenção de benefícios económicos, que não poderiam ser alcançados através de acção individual; enfrentar os desafios e dinâmicas do mercado; e aquisição, em comum, de bens e serviços. As associações com orientação reivindicativa geram um capital social de poder e de influência no âmbito da interlocução, defesa e representação de interesses comunitários⁷. Para Wiesinger⁸, a medida em que o capital social emana das populações e é construído pelos habitantes do território, é determinante para o desenvolvimento do território a forma como eles percebem a situação (socioeconómica, ambiental, política).

Seguindo o pensamento de Escobar⁹, estes grupos associativos geralmente constituem redes auto-organizadas de autores heterogéneos, que se tornam num importante elemento na luta pelo seu território, usando dois tipos de estratégias fundamentais, que têm a particularidade de serem localmente articuladas: as estratégias “baseadas no lugar”, que dependem da ligação ao território e da cultura; e as estratégias de rede, que permitem aos movimentos sociais influenciar uma política à escala nacional a partir de baixo. Para outros autores¹⁰, estes e outros mecanismos de mobilização de capital social constituem a base das estratégias sustentáveis de desenvolvimento.

⁴ Schejtman, A. y Berdegué, J. (2004). Desarrollo rural territorial. RIMISP–Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Chile, Santiago.

Echeverri, R. e Ribero, M. (2002). Nueva ruralidad. Visión del territorio en América Latina y el Caribe. Costa Rica: IICA.

⁵ Boisier, S. (2005). ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? Revista de la CEPAL, (86), pp. 47-62.

⁶ Wiesinger, G. (2007). L'importance du capital social dans le développement rural, les réseaux et les prises de décision dans les zones rurales. Journal of Alpine Research | Revue de géographie alpine.

⁷ Moyano, E. (2009). Capital social, gobernanza y desarrollo en áreas rurales. FICODER.

⁸ Wiesinger, G. (2007), op. cit.

⁹ Escobar, A. (2008). Territories of difference: place, movements, life, redes. Duke University Press.

¹⁰ Echeverri, R. *et al* (2013). La concurrencia como eje de las políticas de desarrollo rural sustentable en México. Costa Rica: IICA.

O capital humano corresponde ao *stock* de conhecimentos e habilidades possuídas pelas pessoas e suas capacidades para aplicar nos sistemas produtivos¹¹. Representa a capacidade da população de liderar os processos produtivos e atingir níveis de bem-estar desejáveis¹², condicionados pelo nível da produtividade e competitividade dessa população¹³. Num território, o capital humano é identificado como factor que desencadeia transformações socioeconómicas¹⁴.

São componentes deste capital: aptidão, conhecimento, capacidade de resolver problemas, de tomar decisões, de investir e treinamento socioprofissional¹⁵ que, em conjunto, permitem à população definir estratégias e alcançar os seus objectivos¹⁶. Corresponde, portanto, ao capital cognitivo e tem sua expressão material visível na presença e uso, num dado território, de determinadas máquinas, equipamentos e tecnologias de produção. Entende-se que o acesso a educação escolar e as iniciativas de formação técnico-profissional são dois elementos fulcrais para o crescimento do capital humano.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Do anterior subentende-se que a educação escolar tem um papel importante na construção do conhecimento dos indivíduos e, como tal, concorre para o seu desenvolvimento em geral. Dos resultados do inquérito (gráfico 1), observa-se que 30,4% dos inquiridos são analfabetos, 26,7% são alfabetizados e 21,7% tem o ensino primário incompleto. Por posto administrativo, Etatara apresenta a iliteracia mais baixa, com 50% do total de analfabetos, 23,8% dos alfabetizados e 12% dos que possuem o ensino primário incompleto. Em geral, pode-se aferir que a maioria da população tem baixo nível escolar¹⁷. Nestes casos, devido a prevalência de iliteracia escolar, as possibilidades de desenvolvimento reduzem-se, embora, como indicado por Bolman¹⁸, possa existir a possibilidade de gerar empregos de baixa exigência em termos técnicos.

¹¹. Boisier, S. (2002). Conversaciones sociales y desarrollo regional. Editorial Universidad de Talca. Chile.

¹². Bolman, R. (1999). Le capital humain et le développement rural: quels sont les liens? Statistique Canada. División de l'agriculture. Document de travail #39.

Liberal, J. (s/d). Clases de capital de capital territorial y desarrollo sostenible. Fundicot.

¹³. Navarro, I. (2005). Capital humano: Su definición y alcances en el desarrollo local y regional. Archivos Analíticos de Políticas Educativas, 13(35).

¹⁴. Liberal, J. (s/d), *op. cit.*

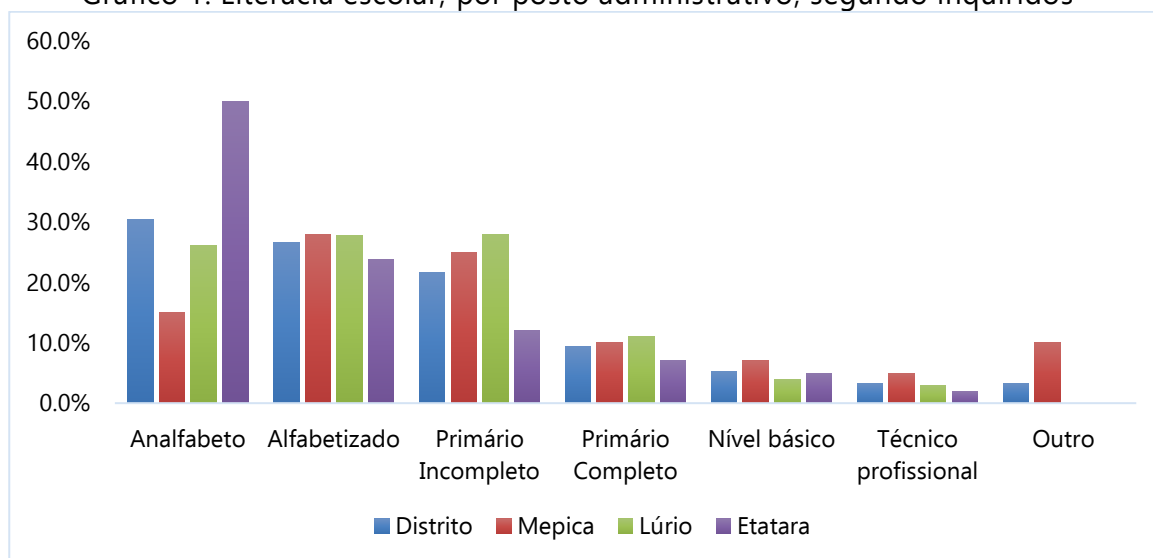
¹⁵. Bolman, R. (1999), *op. cit.*

¹⁶. Liberal, J. (s/d), *op. cit.*

¹⁷. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 19.06.2023.

¹⁸. Bolman, R. (1999), *op. cit.*

Gráfico 1. Literacia escolar, por posto administrativo, segundo inquiridos



Fonte: dados do inquérito.

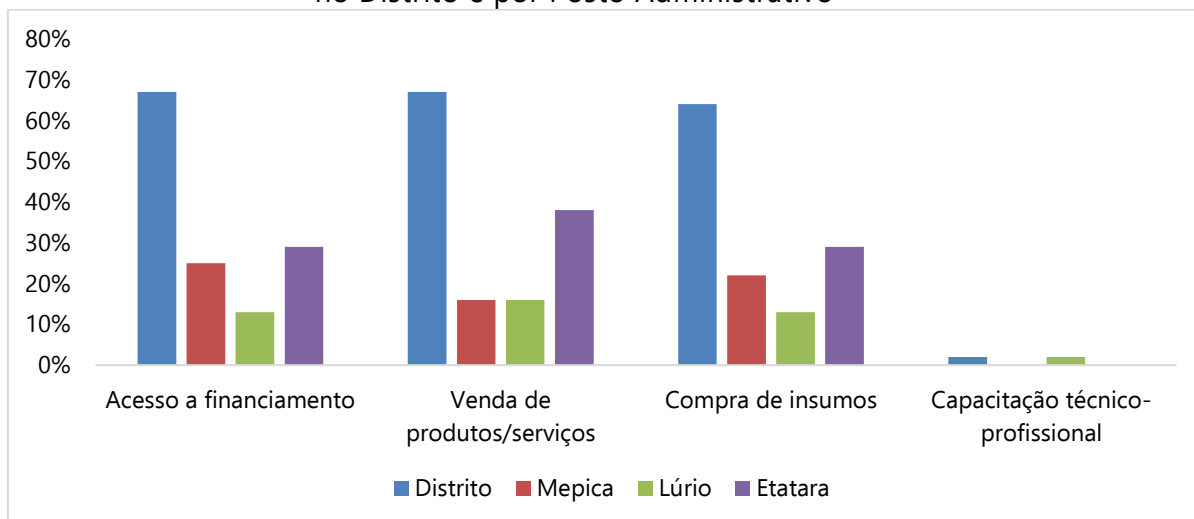
Devido a baixa literacia escolar da maioria das pessoas no distrito, estas são organizadas em associações, para defesa dos seus interesses e melhor participar nos processos de desenvolvimento local¹⁹. Relativamente ao movimento associativo, os inquiridos afirmam existirem associações de produtores e outras de comerciantes. Estes grupos são caracterizados por realizar acções, embora de forma muito ineficiente²⁰, como (gráfico 2): venda de produtos/serviços, acesso a financiamento, compra de insumos e, de forma residual, capacitação técnico-profissional dos seus membros (2,4%). Por posto administrativo, destaca-se Etatara que, segundo entrevista²¹, possui potencialidades naturais para produção, mas tem tido pouca assistência técnico-financeira.

¹⁹. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 19.06.2023.

²⁰. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 19.06.2023. Entrevista a uma produtora, Etatara aos 16.06.2023. Entrevista a um membro da comunidade, Mepica aos 19.06.2023.

²¹. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 18.06.2023.

Gráfico 2. Principais acções das associações (em benefício dos membros) no Distrito e por Posto Administrativo



Fonte: dados do inquérito.

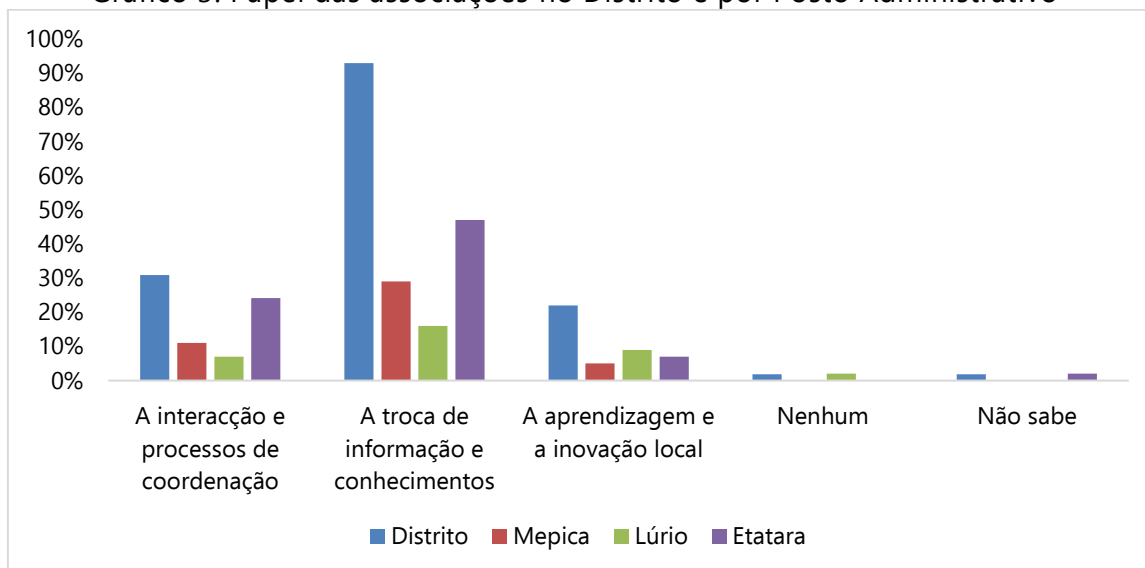
Os grupos associativos também são vistos como plataformas que facilitam ou favorecem (gráfico 3) a troca de informação e conhecimentos, entre seus membros, sobre produção, venda, etc., a interacção e processos de coordenação com outros actores, nomeadamente outras associações, governo, ONG, e, por fim, os processos de aprendizagem e inovação local no desenho e execução de iniciativas de desenvolvimento local.

Contundo, constata-se que, não obstante a participação nesses processos, como associação, são poucos (dois a três) os membros com habilidades para levar em frente as lições aprendidas. Muitos membros desses grupos necessitam de apoio a longo prazo para efectivamente participar nesses processos²². Esta fraqueza também está associada à fraca representatividade das associações. Geralmente são as mesmas pessoas que participam, monopolizando, assim, possíveis conhecimentos adquiridos nesses processos de formação ou intercâmbio²³.

²². Entrevista a um membro da comunidade, Mepica aos 19.06.2023.

²³. Entrevista a um produtor, Mepica, aos 19.06.2023.

Gráfico 3. Papel das associações no Distrito e por Posto Administrativo



Fonte: dados do inquérito.

Por outro lado, não obstante, alguns destes grupos estarem filiados ou serem representados por uma organização à escala distrital ou provincial, a verdade é que, ao nível de base, entre localidades, eles não são capazes de criar um fórum local de debate dos seus problemas comuns e luta pelos seus direitos²⁴. Desta forma, estes grupos não podem ser considerados organizações verdadeiramente autónomas, com capacidade para abordar e defender questões do seu povoado²⁵. São grupos com baixa ou quase inexistente capacidade de auto-organização, dependendo fortemente de outros actores, e isso retira alguma autonomia que tivessem²⁶. Em geral, são grupos caracterizados por uma total ausência de encontros regulares, conforme plasmado nos respectivos estatutos e regulamentos internos²⁷.

Conforme os autores já citados, um factor fundamental para o crescimento da produtividade e produção é a existência e efectiva utilização de conhecimentos. O gráfico 4 mostra que, do total dos inquiridos, 55,1% recebeu alguma capacitação técnica sobre a sua principal actividade económica e 44,9% não teve acesso a algum treinamento. Relativamente aos que não receberam treinamento, a maioria (80,5%) precisou, mas não teve acesso a ele localmente, outros (13,9%) não foram abrangidos nos programas de capacitação, enquanto cerca de 5,6% disse não ter precisado de qualquer tipo de formação.

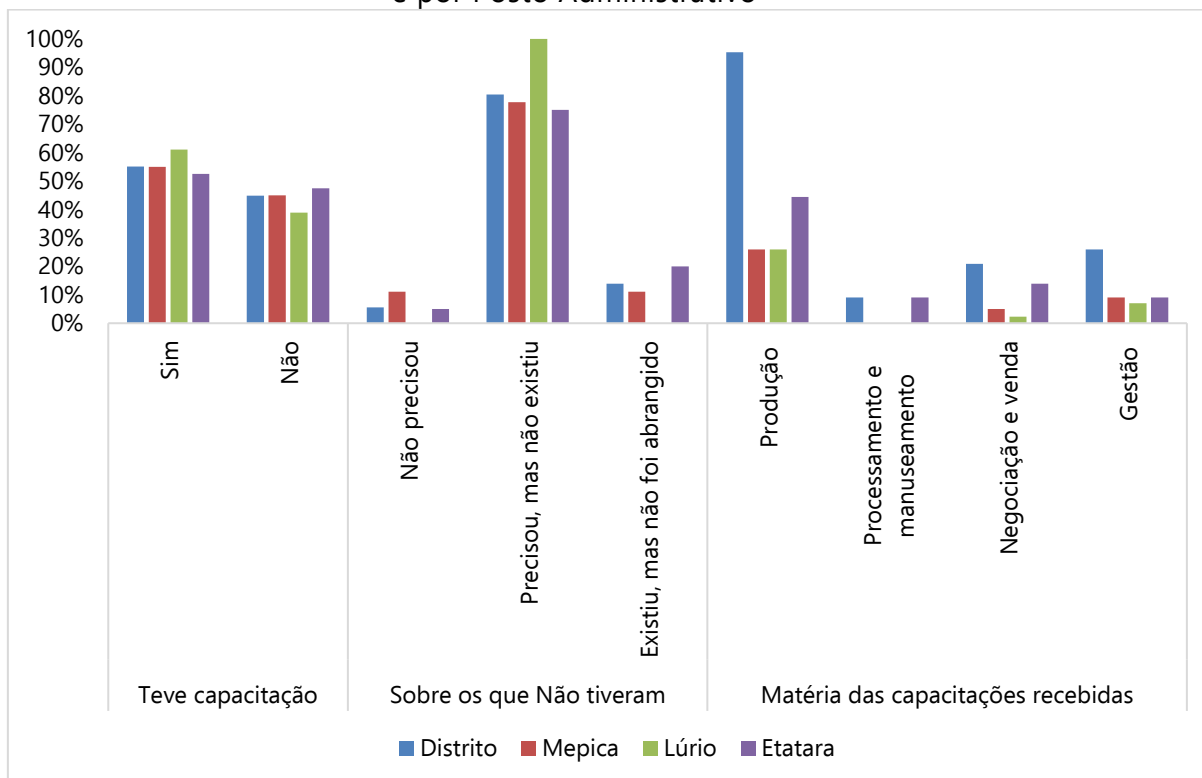
²⁴. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 19.06.2023.

²⁵. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 18.06.2023.

²⁶. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 19.06.2023.

²⁷. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 18.06.2023.

Gráfico 4. Acesso à capacitação e perfil das capacitações, no Distrito e por Posto Administrativo



Fonte: dados do inquérito.

Os dados do gráfico 4 também indicam que, em termos de matérias, os treinamentos foram mais sobre técnicas de produção, administração e/ou gestão, negociação de preços e venda, e pouco (9%) sobre processamento e manuseamento da produção, embora considerado aspecto importante para a conservação da produção e melhoramento dos rendimentos do produtor²⁸. Da análise dos discursos dos entrevistados, constata-se que estes treinamentos não tiveram impacto no desempenho dos produtores. A produção total do posto administrativo pode estar a aumentar, mas, por produtor, o volume encontra-se numa situação estacionária, com tendência para diminuição²⁹.

Por outro lado, entende-se que existem aumentos na produção de culturas alimentares, principalmente mandioca, milho, feijão bóer e feijão nhemba, e culturas de rendimento, como o algodão e tabaco³⁰. Algumas culturas de consumo familiar (milho e feijão bóer) também são vendidas para obtenção de renda, pelo que se pode justificar o seu crescimento no volume de produção, como um todo, do distrito e dos diferentes tipos

²⁸. Entrevista a um produtor, Lúrio aos 15.06.2023. Entrevista a uma produtora, Etatara aos 16.06.2023.

²⁹. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 19.06.2023. Entrevista a um produtor, Etatara aos 16.06.2023.

³⁰. Entrevista a um membro do governo, Cuamba aos 19.06.2023.

de produtores (familiar e empresarial), não traduzindo necessariamente apenas a produção do pequeno produtor³¹.

Além do nível de escolaridade do agricultor, a sua produtividade e produção são afectadas por outros factores institucionais, nomeadamente o fraco capital humano e insuficiências financeiras patentes nos serviços de extensão agrária, principalmente os proporcionados pelo Estado³². As pessoas produzem o milho, o gergelim e outras culturas, mas continuam com a mesma forma de processamento e manuseamento tradicional que aprenderam no passado e nas suas convivências na aldeia³³. Uaiene³⁴ refere que, no país, as informações difundidas pelos serviços de extensão têm-se centrado no uso de sementes de variedades melhoradas, gestão de fertilidade de solos e técnicas de plantio, controlo de pragas e doenças, calendário agrícola e armazenamento, particularmente uso de silos.

Importa referir que, neste caso em estudo, pouco se fala de processamento e há indicações de que os silos nunca são de acesso para os pequenos produtores³⁵. Em 2021, o Estado moçambicano concessionou a gestão de silos e armazéns de Cuamba, na modalidade de Construção, Operação e Devolução (*Build, Operate and Transfer - BOT*), à empresa *Agrobusiness Mozambique Lda*. Esperava-se que estaria operacional o mais rápido possível e induzisse o maior aproveitamento do potencial agrícola do distrito e da região³⁶, mas não era expectável que os pequenos produtores tivessem acesso aos mesmos³⁷.

Um aspecto que se procurou compreender na pesquisa foram os investimentos realizados pelas famílias e principais fontes de financiamento. Para os últimos cinco anos, os dados do estudo (gráfico 5) indicam que a maioria dos inquiridos (59%) realizou algum tipo de investimento, tendo indicado que aplicaram os seus recursos na aquisição de bicicletas, de insumos agrícolas, aumento de áreas lavradas, construção e/ou reabilitação da habitação e na comercialização agrícola. Apenas 4% dos inquiridos aplicou na formação técnico-profissional, educação e capacitação, um dos componentes do capital humano e que permite aumento da produtividade³⁸.

³¹. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 18.06.2023.

³². Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 18.06.2023.

³³. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 19.06.2023.

³⁴. Uaiene, R. (2015). "Caracterização do sector familiar em Moçambique". Em Mosca, J. (coord.). Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Maputo: Escolar editora, pp. 23-49.

Uaiene, R. (2012). "Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique". Em Mosca, J. (coord.). Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural. Maputo: Escolar editora, pp. 49-67.

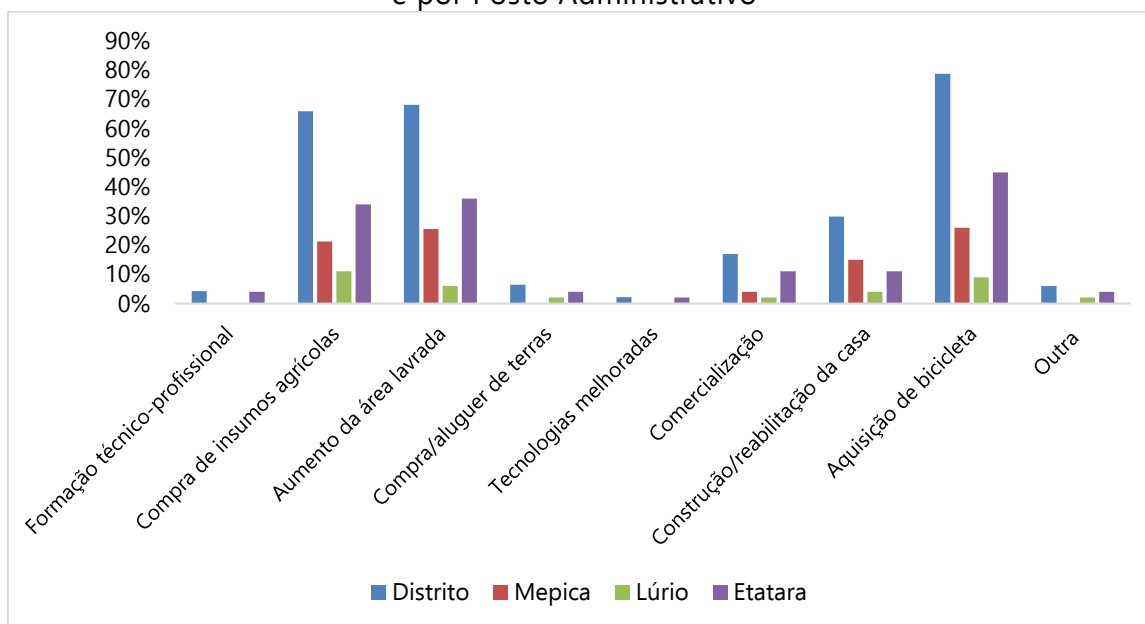
³⁵. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 18.06.2023.

³⁶. Entrevista a um membro do governo, Cuamba aos 19.06.2023.

³⁷. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 19.06.2023.

³⁸. Becker, G. (1983). Capital humano: un análisis teórico y empírico referido fundamentalmente a la educación. Alianza Editorial.

Gráfico 5. Aplicação dos recursos para investimento no Distrito e por Posto Administrativo



Fonte: dados do inquérito.

Da análise dos dados de campo, entende-se que é preciso relativizar a dimensão e alcance destes investimentos. As bicicletas são usadas para transportar pequenos volumes de produtos para vender nos mercados locais e, portanto, não permitem percorrer longas distâncias, nem transportar volumes grandes de carga³⁹. Ao aspecto anterior está associado às condições das vias de acesso que são caracterizadas por uma deficiente conservação⁴⁰ e, portanto, limitam a mobilidade com este meio de transporte.

Da análise dos resultados também se constatou que a maioria dos inquiridos possuía casa com parede de bloco de adobe (55%) e cobertura de capim (78%) e iluminação eléctrica (75%). Das observações no terreno, constatou-se que, geralmente, as casas são pequenas, não sendo adequadas para albergar todo o agregado familiar. O acesso a energia eléctrica deve-se à política governamental de alargamento do acesso a energia que, no entanto, quase não acarreta custos para as famílias nas zonas rurais, não reflectindo necessariamente seu investimento e, mesmo assim, esta energia apenas pode-se encontrar nas sedes dos postos administrativos⁴¹. O aumento da área lavrada tem sido insignificante, em termos de tamanho da área, bem como da produção e produtividade, devido à qualidade e quantidade dos insumos e às condições de trabalho⁴².

³⁹. Entrevista a um produtor, Lúrio aos 15.06.2023. Entrevista a um produtor, Etatara aos 16.06.2023.

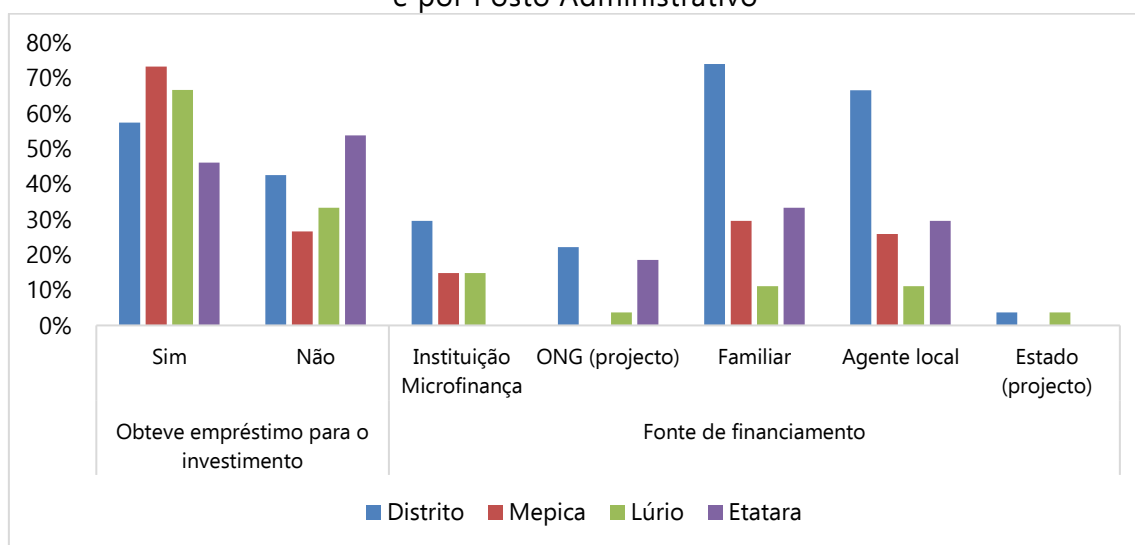
⁴⁰. Entrevista a um produtor, Lúrio aos 15.06.2023.

⁴¹. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 19.06.2023.

⁴². Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 18.06.2023.

Para os que tiveram financiamento (gráfico 6), as fontes foram empréstimos obtidos de familiares, agentes locais, nomeadamente comerciantes ou vendedores de dinheiro, instituições microfinanceiras e de algumas ONG. Certa diferenciação territorial é observável neste processo: instituições microfinanceiras apenas foram reportadas em Mepica e Lúrio; no caso de Etatara, destacou-se o empréstimo familiar, do agente local e financiamentos através de ONG. Estes dados indicam uma fraca penetração da banca comercial nas comunidades estudadas, mas também sugerem certa tendência para o peso da agricultura na economia das famílias locais, isto é, o uso de fundos pessoais para reinvestir na agricultura.

Gráfico 6. Principais fontes de financiamento no Distrito e por Posto Administrativo



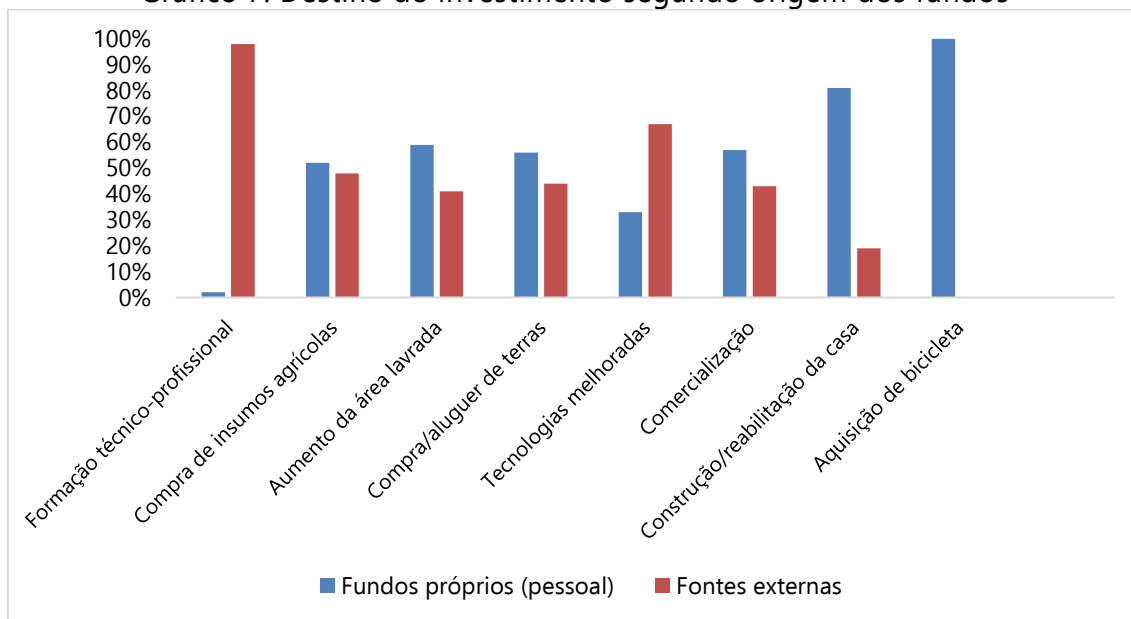
Fonte: dados do inquérito.

Como já referido, no processo de desenvolvimento territorial, o capital financeiro é transversal às outras classes de capital. No conjunto dos grupos associativos, as capacitações eram da responsabilidade dos parceiros, que financiavam todo o processo, porque muitas das associações nunca têm fundos e apresentam deficiências de realizar um auto-diagnóstico sobre necessidades internas de formação que, por vezes, requerem uma completa revitalização⁴³. Relativamente à alocação dos fundos por tipo de investimento, o gráfico a seguir indica que o investimento com fundos próprios foi direccionado principalmente para aquisição de bicicletas (100%), construção e/ou reabilitação da habitação (81%), para a lavoura (59%), comercialização agrícola (57%), compra e/ou aluguer de terras para agricultura (56%) e compra de insumos agrícolas (52%).

⁴³. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 19.06.2023.

Quanto a aplicações de financiamento de fontes externas, destaca-se investimentos na formação técnico-profissional (98%), tecnologias melhoradas (67%), mas também, expressivamente a aquisição de insumos agrícolas (48%). Estas fontes foram na forma de donativos, empréstimos sem juro e créditos com juro. A formação e a capacitação técnico-profissional dos pequenos produtores e a disponibilidade de tecnologias melhoradas de produção têm sido consideradas como tarefas da responsabilidade do Estado e não responsabilidade no conjunto dos pequenos produtores⁴⁴.

Gráfico 7. Destino do investimento segundo origem dos fundos

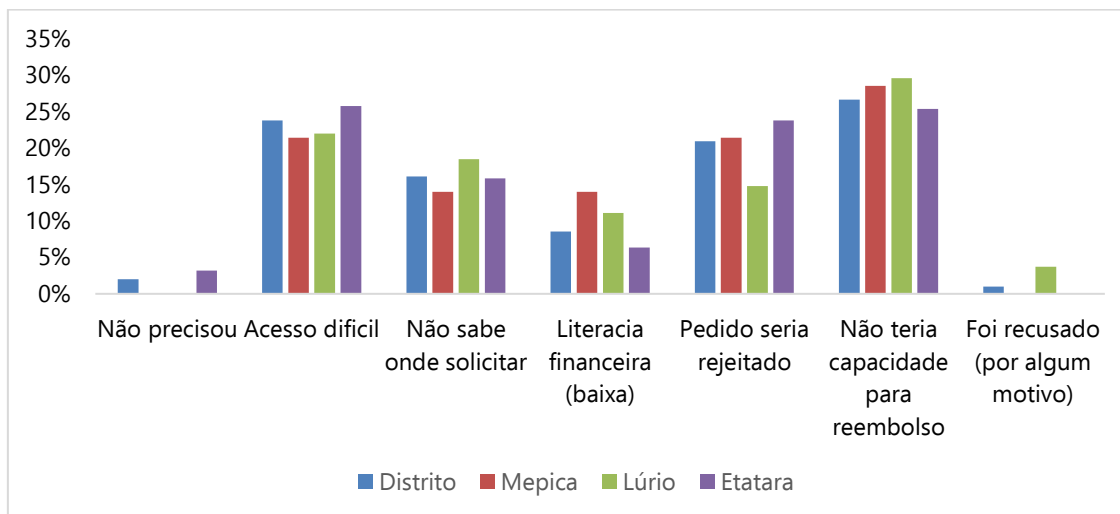


Fonte: dados do inquérito.

Para os que não acederam a uma fonte de financiamento externa, o seu investimento foi realizado com poupança da venda de produtos agrícolas (45%), poupança guardada nos últimos anos (45%) e da venda de serviços e bens de primeira necessidade. Relativamente às razões para o não-acesso a qualquer fonte externa de financiamento foram avançadas as seguintes (gráfico 8): falta de capacidade para reembolso do empréstimo (27%), falta de condições para cumprir requisitos de acesso ao crédito (24%), pensar que o pedido seria rejeitado (21%), não saber onde solicitar financiamento (16%) e baixa literacia financeira (9%).

⁴⁴. Entrevista a um membro da comunidade, Lúrio aos 15.06.2023. Entrevista a um membro da comunidade, Etatara aos 16.06.2023.

Gráfico 8. Principais causas do não-acesso ao financiamento no Distrito e por Posto Administrativo



Fonte: dados do inquérito.

À excepção do posto administrativo de Mepica, a bancarização das famílias nos postos de Etatara e Lúrio é quase inexistente. As pessoas socorrem-se das plataformas electrónicas para guardar as poucas poupanças que possuem⁴⁵. Concorrem para tal situação: os baixos rendimentos das famílias, as exigências para abertura da conta bancária; e as condições de mobilidade para chegar à vila de Cuamba e realizar a abertura da conta⁴⁶. Portanto, isso tudo também concorre para uma permanente iliteracia financeira e baixo acesso das famílias ao financiamento⁴⁷.

NOTAS FINAIS

O desenvolvimento de um território depende, entre outros factores, de sua capacidade para gerar actividades com base nas diferentes classes de capital. Por outras palavras, as diferentes classes de capital têm efeitos positivos sobre os níveis de produtividade e produção num território e, portanto, sobre o desenvolvimento desse território.

No caso estudado, o capital social está vinculado à proximidade social, através de relações baseadas no associativismo que não facilitaram necessariamente o crescimento de actividades produtivas, no seio dos grupos associativos, nem de intercâmbio e cooperação entre os grupos no local. Estes grupos funcionam mais como um veículo para o protagonismo dos produtores individualmente.

⁴⁵. Entrevista a um membro da comunidade, Lúrio aos 15.06.2023. Entrevista a um membro da comunidade, Etatara aos 16.06.2023.

⁴⁶. Entrevista a um membro da sociedade, Cuamba aos 18.06.2023.

⁴⁷. Entrevista a um membro do governo, Cuamba aos 19.06.2023.

O tipo de organizações existentes nos povoados, os recursos financeiros disponíveis para os pequenos produtores, os conhecimentos adquiridos através dos serviços de extensão, entre outros, não agregam valor com robustez ao processo de desenvolvimento do território. O mesmo significa que este tipo de capital social (com base associativa) não permitiu, aos pequenos produtores, colectivamente, captar recursos que lhes positivamente permitissem participar do processo de desenvolvimento.

Relativamente ao capital humano, cabe frisar que não ocorreram alterações significativas nos aldeões, no que tange às suas habilidades e capacidades produtivas. No terreno, as pessoas vão produzindo segundo habilidades e conhecimentos localmente adquiridos, através de gerações, e não necessariamente como resultado da expansão do capital humano traduzido em inovação tecnológica induzida por meio de serviços de extensão agrária.

Não se pode falar da existência de um capital humano surgido de mudanças nas pessoas que criam habilidades e capacidades que permitam, por exemplo, uma melhor abordagem às actividades produtivas, ao processamento e manuseamento da produção. Também não foi observada a existência de capacidades fortalecidas nos aldeões que lhes permitiriam posicionar-se como actores locais para a competitividade territorial que, em princípio, permite cimentar o processo de desenvolvimento endógeno.

Finalmente, os progressos nestas duas classes de capital, estão fortemente dependentes de financiamento externo. Ou seja, individualmente, os pequenos produtores priorizaram elementos tangíveis como habitação, bicicletas e terra para a lavoura; enquanto, a alocação de fundos por parte de parceiros priorizou as formações para “especialização” nos grupos associativos e um dado tipo de investimento em tangíveis, como os insumos de produção e infra-estruturas, que os produtores deviam usufruir.